

RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Ana Maria Soares de Oliveira*

Resumo

Ao longo da História a natureza tem sido concebida sob diversos pontos de vista. Desde o dualismo inerente a Kant, cristalizado na ideologia burguesa de natureza, à concepção de natureza como unidade diferenciada, cujo trabalho humano coloca-se no centro da relação homem-natureza em Marx. A forma como a natureza tem sido produzida nos instiga a nos pautar em fundamentos filosóficos para podermos discutir o desenvolvimento do capitalismo. A idéia de produção da natureza desafia a separação que foi legada entre sociedade e natureza, e se coloca para nós como um desafio imposto pelo próprio capitalismo.

Palavras-chave: homem, natureza, capital, trabalho

Relationship "homem/natureza" in the way of capitalist production (Abstract)

Along the History the nature has been conceived under several point of view. From the inherent dualism Kant, crystallized in the bourgeois ideology of nature, to the nature conception as differentiated unit, whose work human is placed in the center of the relationship man-nature in Marx. The form as the nature has been produced us it instigates the in the pautar in philosophical foundations for we could discuss the development of the capitalism. The idea of production of the nature challenges the separation that it was delegated between society and nature, and it is placed for us as a challenge imposed by the own capitalism.

Key-words: man, nature, capital, work.

A natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana. (1)

A busca do conhecimento e do entendimento acerca da Terra e do Universo são premissas que norteiam e que acompanham a humanidade desde os antigos filósofos gregos até a ciência moderna.

A sociedade contemporânea tem vivenciado uma série de problemas que envolvem o seu modo de relacionar-se com a natureza no processo de produção e reprodução do espaço geográfico, colocando em questão o conceito de natureza em vigor, o qual perpassa pelo modo de vida dessa sociedade, as sensações, o pensamento e as ações. Portanto, pensar a natureza hoje, e a forma como o homem se relaciona com ela no contexto do modo de produção capitalista, nos remete ao passado, na ânsia de compreender as mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza.

Homem-natureza: a dualidade está no pensamento ou na relação?

As raízes históricas do dualismo conceitual que envolve a natureza remontam a Kant, pois para ele a natureza interior dos seres humanos compreendia suas paixões

cruas, enquanto a natureza exterior era o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam.

Essa concepção dual de natureza aponta uma natureza exterior, concebida como a natureza primitiva, 'criada por Deus' ...a matéria – prima da qual a sociedade é construída,... o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade", que seria as rochas, os rios, as árvores, enfim os elementos internalizados no processo de produção social. E também a natureza concebida como universal, ou seja, "a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos 'externos' da natureza" (Smith, 1988: 28).

Francis Bacon (séc. XXVII), concebia a natureza como algo exterior a sociedade humana, pressupondo uma separação entre natureza e sociedade, haja vista a relação entre ambas ser concebida como mecânica, ou seja, o homem exercia seu domínio sobre a natureza através das artes mecânicas.

Conforme afirma Smith, a concepção de natureza exterior de Bacon não era arbitrária, pois ele já tinha, de certa forma, a conexão entre indústria e ciência, devendo as artes mecânicas estar a serviço da produção, e assim aumentar a produtividade do processo de trabalho. Mas, Smith ressalta que mesmo que o desenvolvimento da indústria de produção em massa tenha conduzido a ciência à subordinação ao capitalismo industrial de modo significativo, ela ainda possuía uma certa autonomia, sobretudo nos centros de pesquisa pura. O mesmo acredita ainda que, por mais intimamente ligada que a ciência esteja à indústria, ela ainda compartilha com Bacon e mesmo com Newton, da concepção epistemológica de natureza exterior, mesmo que na Ciência Moderna ela seja exterior e, ao mesmo tempo universal.

Quando do surgimento da Ciência Moderna, a universalidade da natureza se reveste de religiosidade. A ciência passou a ser algo divino que devia ser buscado, pois era através da ciência e do domínio da natureza que o homem resgataria a harmonia da natureza, realizando desse modo a vontade de Deus.

A Ciência Contemporânea também adotou o conceito universal de natureza, mas sem aquele cunho religioso. Com Darwin, determinados fenômenos sociais passaram a ser tratados a partir das mesmas bases científicas em que eram tratados os eventos químicos, ou mesmo físicos, pois a Biologia passou a ser considerada "como sistematicamente histórica ... Mas, de acordo com a teoria física da natureza universal, não é o mundo biológico e sim o mundo físico que está na base da natureza". (Smith, 1988:33-34).

Quando ocorre o surgimento da Teoria Quântica e a refutação da Teoria Newtoniana por Einstein, surge o debate a respeito de o espaço e o tempo, ou a matéria, serem os elementos básicos dos eventos físicos. Para Smith, talvez essa visão universal de natureza física seja a mais aceita, tendo em vista que a natureza é composta de matéria e, portanto, possui uma natureza material.

O conceito de natureza contém em sua essência o dualismo entre externalidade e universalidade, interrelacionando-se e contradizendo-se ao mesmo tempo. Mas nos questionamos se é possível conceber dualisticamente uma realidade que é única? Smith, ressalta nesse sentido, que "O conceito de natureza é um produto social". Para justificar sua afirmação o autor discute a conquista do território americano, destacando que nesse caso o conceito tinha não só a função social, mas também política, pois "a hostilidade da natureza exterior justificava sua dominação e a moralidade espiritual da natureza universal fornecia um modelo para o comportamento social".

O autor acredita ainda que a concepção universal de natureza, hoje escamoteia a realidade à medida que atribui aos comportamentos sociais o status de eventos naturais, justificando a normalidade destes comportamentos (guerra, racismo, pobreza e riqueza etc) ao atribuí-los à vontade de Deus. Nesse sentido, não é a história da

sociedade humana a responsável por estes comportamentos, mas sim a natureza. Desse modo, a ideologia da natureza se expressa na negação da possibilidade de socialização da natureza universal, baseada não "na experiência histórica", mas na própria contradição com a natureza exterior.

Com Adam Smith, a teoria de formação do valor, que até então concebia a natureza como fonte de valor e a agricultura como meio de produção, passou-se a negar a prioridade do trabalho agrícola e também da natureza exterior. Desse modo, a natureza deixou de ser o elemento central da Teoria Econômica, pois passou a ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Para Karl Marx (século XIX), é preciso buscar a unidade entre natureza e história, ou entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode ser concebida como algo exterior a sociedade, visto que esta relação é um produto histórico.

Marx adotou o conceito de metabolismo ou interação metabólica, para possibilitar a compreensão de que há uma mediatização da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho, pois tanto o Sujeito – o trabalhador, como o Objeto – a matéria-prima a ser transformada – são fornecidos pela natureza ao trabalho.

Para Marx, a natureza e suas leis subsistem independentemente de consciência e desejos humanos, e tais leis só podem ser formuladas com a ajuda de categorias sociais. A natureza é dialética, e esta dialética se dá em função da interação do homem com a natureza:

"A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho. A natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos" (Schmidt apud Smidt, op. cit: 52).

Para Gonçalves (1998:23), o conceito de natureza não é natural, haja vista ser esta uma construção social, ou seja, foi criado pelo homem. Segundo ele toda sociedade, toda cultura cria, institui uma determinada idéia de natureza. "A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe a cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a agricultura, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza 'naturalmente' dá para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva".(Gonçalves, 1998:26-27).

O domínio da técnica da irrigação, resultou na "domesticação" da natureza através da agricultura e fixou os povos em determinados territórios, formando o berço das antigas civilizações. Nesse contexto surge a concepção de domínio sobre a natureza porque "dominar a natureza seria dominar algo inconstante, imprevisível e instintivo". Nessa relação de dominação, para alguns a natureza é o objeto a ser dominado pelo sujeito, o homem. Para Gonçalves, essa visão de natureza-objeto versus homem-sujeito parece não considerar que o termo sujeito, além de significar um ser ativo, dono de seu destino, também pode indicar que podemos estar submetidos a determinadas circunstâncias. É a visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor de todas as coisas, que faz com que se esqueça que o termo sujeito, pode significar tanto aquele que age como aquele que se submete. Essa visão de natureza separada do homem é característica do pensamento dominante no mundo ocidental, cuja matriz filosófica advém da Grécia e da Roma antigas, que se firmou contrapondo-se a outras formas de pensar e de agir.

Com Platão e Aristóteles já havia um certo privilegiamento do homem e das idéias e um certo desprezo por determinados elementos que se convencionou denominá-los como parte da natureza física (pedras, plantas etc). O pensamento mítico dos retóricos e sofistas pensadores cedeu lugar ao pensamento daqueles que passaram a compor a filosofia grega.

Com o avanço do Cristianismo no Ocidente, os deuses já não faziam parte desse mundo como na concepção dos pré-socráticos. Deus passou a ser o ser supremo e o homem, a sua imagem e semelhança. Para Platão, somente a idéia continha a perfeição, opondo-se à realidade do mundo. O Cristianismo assimilou a visão aristotélico-platônica e durante a Idade Média apregoou a separação entre espírito e matéria, ao difundir a perfeição de Deus em oposição a imperfeição do mundo material. É portanto, decorrente dessa filosofia a separação entre corpo e alma, objeto e sujeito, ou seja, a alma, o sujeito é que dá vida ao corpo, porém quando o corpo morre passa a ser apenas objeto.

Com René Descartes, essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto se completa, passando a fazer parte do pensamento moderno e contemporâneo. A filosofia cartesiana atribuiu ao conhecimento um caráter pragmático e este conhecimento "vê a natureza como um recurso".

A visão antropocêntrica de mundo coloca o homem no centro do universo, em oposição à natureza, ou seja, o sujeito em oposição ao objeto. O antropocentrismo e o pragmatismo do pensamento cartesiano vincula-se ao mercantilismo do período feudal, mas ainda conserva como herança medieval a separação entre espírito e matéria.

O movimento filosófico iluminista do século XVIII, se encarregou de apagar esses traços religiosos medievais do período renascentista, e a crítica da metafísica, ou seja, do que está além da natureza, passou a ser feita em favor da Física. Na visão iluminista a natureza era concebida como algo palpável. O mundo passou a ser compreendido a partir do real, do concreto e não mais de dogmas religiosos. Com o desenvolvimento do capitalismo, e mais precisamente com o surgimento da Revolução Industrial essas idéias acabaram se fortalecendo.

No século XIX, com o desenvolvimento da ciência e da técnica o pragmatismo triunfou. A natureza passou a ser concebida cada vez mais como um objeto a ser possuído e dominado. Aos olhos da Ciência a natureza foi subdividida em física, química, biologia, e o homem em economia, antropologia, história etc. Nesse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da "realidade objetiva" construída pelo homem. A divisão social e técnica do trabalho contribuiu para que houvesse o processo de fragmentação e dicotomização do fazer e do pensar da sociedade capitalista industrial.

Segundo Gonçalves (1998):

A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra e,...tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo... (p.35).

A Ciência Moderna também foi acometida pela concepção de homem e natureza, cujo indivíduo era o referencial. Nas ciências ditas Naturais como a Física, o átomo; na Biologia, o organismo, a célula. Nas ciências Sociais, o indivíduo era indivisível, um elemento reinante.

No início do século XX, já não se concebe o átomo como uma unidade indivisível, mas como um sistema constituído de partículas que se interagem mutuamente. Na medida em que foi se desenvolvendo o estudo dos hábitos dos animais, ficou mais

difícil compreender a evolução da vida das espécies animais tendo como referência apenas o comportamento de um indivíduo estudado em laboratório. Daí o reconhecimento de que a convivência social já se fazia presente no que denominávamos de natureza. Gonçalves chama atenção para isso quando faz referência àqueles que afirmam que "o homem é um ser social". Segundo ele, os animais também vivem socialmente e que esta não é uma característica apenas do homem, portanto não podemos separar o homem da natureza através dessa afirmação.

Na opinião de Gonçalves, estamos longe da concepção atomístico-individualista, visto que a reprodução da sociedade capitalista pressupõe a existência de meios materiais para que o ciclo produtivo se efetue, e também para que haja a reprodução das classes sociais; que exista sempre pessoas desprovidas desses meios materiais e necessitando se submeter aos detentores do capital. Se nessa sociedade não há uma lei objetiva que governe essa luta que define a reprodução das relações sociais, então, "não tem sentido continuarmos pensando a partir do indivíduo, pois a sociedade humana não é uma soma de indivíduos" (Op.cit. 48).

Pensemos a natureza a partir de duas vertentes ocidentais: a visão antropocêntrica que concebe a natureza como algo onde se manifesta a hostilidade, a luta, onde prevalece a "lei da selva", que precisa de leis e de um Estado para estabelecer a ordem. E a naturalista, que vê a natureza como algo harmonioso e bondoso, mas que ao criticar a primeira vertente se depara com o mesmo ponto de vista, ou seja, os homens destroem a natureza, trazendo à tona a dicotomia sociedade-natureza, homem-natureza.

Para Gonçalves (1998), a grande dificuldade dessas duas vertentes "é romper com os pressupostos da filosofia positivista que é o de querer encontrar na natureza o paradigma ou modelo para a sociedade humana". Essa tendência em buscar na natureza o paradigma para a sociedade, caracteristicamente faz parte da sociedade ocidental, e a filosofia positivista, hegemônica nos meios científicos dos séculos XVIII e XIX, soube muito bem expressar esse fato. Pois, foi sob a ótica positivista que a natureza passou a ser vista como algo objetivo.

Essa dicotomia homem-natureza presente na sociedade ocidental, vem sendo questionada, particularmente na geografia, que tradicionalmente tratou essa questão de forma dicotômica (geografia física e geografia humana) haja vista a questão ambiental atual exigir um novo paradigma onde homem e natureza façam parte do mesmo processo.

O trabalho e a relação homem-natureza: o paradoxo

No princípio da humanidade, havia uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, onde o ritmo de trabalho e da vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza. No contexto do modo de produção capitalista, este vínculo é rompido, pois a natureza, antes um meio de subsistência do homem, passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia.

No processo de apropriação e de transformação dos recursos pelo homem, através do trabalho, ocorre o processo de socialização da natureza. O trabalho torna-se então, o mediador universal na relação do homem com a natureza. '(...) o trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza' (Marx, 1967:188). Partindo desse pressuposto, a separação do homem de suas condições naturais de existência não é "natural", mas histórica, tendo em vista que a prática humana encontra-se vinculada a sua história.

Para Casseti (1991:17), as transformações sofridas pela natureza, através do emprego das técnicas no processo produtivo, são um fenômeno social, representado pelo

trabalho, e as relações de produção mudam conforme as leis, as quais implicam a formação econômico-social e, por conseguinte, as relações entre a sociedade e a natureza.

A sociedade contemporânea, consubstanciada numa dinâmica complexa e contraditória, possui uma organização interna, a qual representa um conjunto de mediações e relações fundamentadas no trabalho. Sob o capitalismo, o qual se identifica com a reprodução ampliada do capital e que necessita da produção de mercadorias como veículo de produção da mais-valia para possibilitar a sua expansão, a relação homem-meio apresenta-se como contradição capital-trabalho, pois se pensarmos do ponto de vista abstrato, os homens se relacionam com a natureza para a transformar em produtos. Se pensarmos do ponto de vista real, o trabalho é um processo de produção/reprodução de mercadorias.

No capitalismo, portanto, o acesso aos recursos existentes na natureza passam por relações mercantis, visto que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua "gratuidade natural". Portanto, a incorporação da natureza e do próprio homem ao circuito produtivo é a base para que o capital se expanda.

No processo de acumulação do capital, o trabalhador tem sido despojado do conjunto dos meios materiais de reprodução de sua existência e forçado a transformar sua força de trabalho em mercadoria, a serviço do próprio capital, em troca de um salário. O capital separa os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio capital.

Sabemos que na relação capital x trabalho há um antagonismo, haja visto que o capital nutre-se da exploração do trabalho do homem. Nesta relação, como o homem realiza o trabalho capitalizado, ao entrar em contradição com o capital, ele entra em contradição com a própria natureza.

Segundo Moreira, quando o capital busca cada vez mais a produtividade do trabalho e, assim, a elevação da taxa de exploração do trabalho e da natureza, ele amplia a base de alienação do trabalho e da própria natureza, gerando uma dicotomia entre sociedade e natureza.

"A alienação do trabalho reproduz-se a todas as instâncias da sociedade capitalista: aliena-se o homem da natureza, dos produtos, do saber, do poder e dos próprios homens. Se o poder sobre os homens nas 'sociedades naturais' passa pelo controle da terra, sob o capital o poder passa pela alienação do trabalho". (1985:78)

A perda da identidade orgânica do homem com a natureza, se dá a partir do capital, que gera a contradição e que, na contradição, gera a perda da identificação do homem com a natureza e, conseqüentemente, a degradação ambiental.

O processo social de produção, cuja referência está na produção de valores de uso, submete a força de trabalho e os meios de produção aos seus desígnios, impulsionando a utilização irracional dos recursos naturais, o desperdício de matérias-primas, de energia e de trabalho, provocando assim, a destruição da natureza e a conseqüente "crise ecológica".

Para Bihl (1998), essa "crise ecológica", constitui-se "num dos aspectos desse 'mundo às avessas' que a alienação mercantil e capitalista do ato social de trabalho institui". (p.129).

Assim, o processo de constituição da classe proletária, que se dá a partir da separação das condições objetivas de produção, ou seja, dos meios de produção (especialmente da terra e, através dela a natureza) e de sua inserção no trabalho fabril, explica, em primeira instância, a subordinação do proletariado à lógica capitalista de exploração da natureza. Essa separação, pressupõe a perda do domínio sobre as técnicas agrícolas e a compreensão dos processos naturais por parte do proletariado, distanciando-o assim da natureza.

Na atividade produtiva, própria do capitalismo, prevalece a fragmentação e a atomização do trabalhador, reificando (coisificando) o homem e suas relações. Dessa forma, ela não realiza adequadamente a interação do homem com a natureza.(2)

O proletariado, despossuído dos meios de produção, só realiza a sua subjetividade na medida em que aliena sua capacidade de trabalho a quem detém as condições objetivas, ou seja, ao capitalista. (3)

No modo de produção capitalista, o trabalhador é reduzido a uma mercadoria, à medida que vende sua força de trabalho para o capitalista em troca de um salário. Assim, o trabalho "que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído". (Antunes, 1997:124)

A dimensão abstrata que o trabalho adquire, conduz ao mascaramento da sua dimensão concreta (de trabalho socialmente necessário) e, conseqüentemente, à *fetichização* da mercadoria, encobrindo assim, "(...) as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho". (Antunes, 1997: 127)

Segundo Thomaz Jr. (1999):

O procedimento do cientificismo *fetichizou* os riscos a que a sociedade foi submetida, tendo em vista que o desenvolvimento incomensurado das ciências e das técnicas põe em xeque o futuro da humanidade, socializando de forma profunda e ampla todas as mazelas do produtivismo, conclamando a todos à preservação da natureza, todavia virando as costas para o chamamento lançado pelos movimentos ecológicos e alguns partidos políticos comprometidos que se vinculam à tese da insubordinação da práxis social à lógica da reprodução do capital". (p.5).

Nesse sentido, a luta de classe do proletariado (e demais segmentos da sociedade) deveria suscitar uma reformulação profunda da sociedade e colocar em xeque a estrutura organizacional da sociedade capitalista, ampliando a "luta anticapitalista". Mas, para que esta luta ganhe uma dimensão ecológica, se faz necessário uma "verdadeira revolução cultural no movimento operário".(4) Dada a indiferença do trabalhador com o trabalho que exerce.

Já a tecnologia não é indiferente aos propósitos de sua criação, ou seja, ela está à serviço do capital e, portanto, voltada para a produção de mais-valia. Assim, quanto mais aumenta a capacidade de extração de sobretrabalho, maior é a quantidade de recursos naturais explorados, de matéria-prima transformada.

A crise ecológica requer um repensar sobre a forma como está estruturada e como funciona a sociedade contemporânea. O modo como é gerida a natureza, o modo de produção e de consumo, os meios de produção, o modo de vida, as técnicas aplicadas, a tecnologia utilizada e a ciência a seu serviço, no sentido de reaproximar o homem da natureza (Bihl, 1999).

Dito de outro modo, essa crise ecológica/ ambiental evidenciada através de dois elementos característicos da sociedade contemporânea: tecnologia e crescimento, nos incita ao questionamento de um estilo de desenvolvimento internacionalizado, que revela-se enquanto modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente injusto, manifestado, principalmente nos processos de modernização da agricultura, de urbanização e de exploração desenfreada dos recursos naturais.

Notas

(1) MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1985.

(2) ANTUNES, Ricardo tece comentários interessantes a esse respeito quando discute: "Trabalho e Estranhamento". In: Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, (4ª ed.), 1997.

(3) Cf. GONÇALVES, (1984:34).

(4) BIHR, A., 1999 e THOMAZ Jr., 1999, partilham dessa discussão.

Bibliografia

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas/SP: Ed. Cortez, 1997.

ANTUNES, R. *Neoliberalismo, trabalho e sindicato*. (Org.), São Paulo: Boitempo, 1997.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Campinas/SP: Boitempo, 4ª edição, 2001.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Ed. Boitempo/Fapesp, 2000.

BRESSAN, Delmar. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa: O Movimento Operário Europeu em Crise*. São Paulo: Boitempo, 1999.

CASSETI, Valter. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 1991.

GONÇALVES, C. Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Trad. Carlos Nelson Coutinho), 1995.

MARX, Karl. *O Capital*. Nova York: Internacional Publishers, 1967.

MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. (Col. Primeiros Passos) São Paulo: Brasiliense, 1985.

SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

OLIVEIRA, Ana M. S. de. *A queima da cana-de-açúcar na Usina Nova América (Tarumã-SP): gestão ambiental e relações de trabalho*. Presidente Prudente FCT/Unesp (Monografia de Bacharelado), 1999.

THOMAZ Jr., A. *Gestão territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira: os desafios para o movimento sindical*. Presidente Prudente: FCT/Unesp (Mimeogr.), 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. *Revista Geográfica*, Bauru, n.16, p. 15-21, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, A. Gestão e Ordenamento Territorial da Relação Capital-trabalho na agroindústria sucro-alcooleira. *Revista Informações Econômicas*, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v.30, n.4, abril de 2000, 20p.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana*. São Paulo: Annablume//FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. *IV Colóquio Internacional de Geocrítica*, Barcelona, 2002b. disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm

THOMAZ JÚNIOR, A. A Dignidade Roubada e a Barbárie: Um Espectro Ronda nossas Vidas. *Revista Espaço Aberto*. In: Espaço Acadêmico. In: Espaço Acadêmico, ano 1,

número 11, abril de 2002. Maringá, 2002c.
(www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm).

* Professora de Geografia da rede Pública Estadual e mestranda em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior. Membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT).

E-mail: anamso@stetnet.com.br